

Psicanálise , Psicoterapia, Epistemologia e Método Científico: Muitas Questões, Algumas Considerações

Carlos Amaral Dias

As preocupações epistemológicas são cada vez mais partilhadas, no interior do mundo científico, por um número crescente de indivíduos. Não é de admirar que assim seja. A aventura de descobrir o real tornou-se, também ela, uma aventura mais consciente de si própria, abandonando e fustigando o campo científico, o que Bion designa pelas correlações de senso-comum, a saber, a correlação das aparências. De novo, depois de um longo período de separação, ciência e filosofia aproximam-se, não já, o que é um facto notável, para a construção de uma ciência para a filosofia, mas, outrossim, no projecto de uma filosofia da ciência, das ciências.

Em psicanálise, tal preocupação deve ser duplamente justificada. Primeiro, pela colagem que a psicanálise sempre fez a modelos outros que não os seus e os equívocos que sempre daí se geraram (por exemplo, os problemas da inexistência de provas, no sentido experimental do termo, para a praxis e para a teoria analítica). Segundo, pela necessidade geral do investigador e, em particular, do psicanalista em pensar (de novo, no sentido de Bion) o que faz realmente. A preocupação epistemológica na psicanálise deve, ainda, ser justificada pelas características peculiares da prática analítica que, pela sua natureza, acabam por clivar os analistas entre os que defendiam a psicanálise como ciência da natureza e os que a propunham como ciência do espírito. Esta

questão não é de menor importância, já que, por si só, levantaria, de imediato, uma outra, a saber, a razão, no interior do próprio movimento psicanalítico, de tais contradições. Por que esta notável ambiguidade própria à psicanálise? Questão que se pode pôr ainda de outra maneira: é a psicanálise apanhada por esta velha divisão (entre natural e transcendental) ou ela mesma se coloca entre ambos, interrogando-os e interrogando-se através deles?

É sabido que o movimento constante que a ciência tentou fazer esteve sempre ligado ao conhecimento da realidade. A realidade esteve, também ela, sempre ligada à natureza (mundo físico) e ao transcendental (noção de Kant). Esta clivagem cedo mostrou duas áreas distintas de conhecimento com metodologias, senão radicalmente opostas, pelo menos suficientemente diferentes. Das duas vertentes cartesianas - *res-extensa* e *res-cogiten* - nasceram as ciências naturais (com objecto perceptível) e as ciências do espírito (com objecto não cognoscível). Kant em nada contribuiu para aliviar esta tradição, dividindo as ciências em:

- 1) *Ciências da Natureza*, cujo objecto seria universal, mensurável e independente do sujeito. Foi a partir desta vertente que floresceu um continuum de ciências, mais tarde conhecidas como ciências capazes de formular leis, hipóteses e, como tal, deterministas.
- 2) *Ciências do Espírito*, em que a subjectividade do objecto o tornaria, na área do humano, indeterminado, livre e imprevisível. Enfim, inefável. Segundo Wiendelband, capaz somente de estabelecer particularidades.

Quer uma, quer outra se inscrevem numa perspectiva de conhecimentos acerca do ser humano, da realidade do mundo dos objectos e do mundo das ideias. Se as ciências da natureza foram capazes de progredir com extraordinária rapidez, isso deve-se à tradição filosófica, desde logo implícita na construção de modelos explicativos. Se, por exemplo, remontarmos a Galileu, já nele é possível perceber uma concepção de natureza susceptível de ser expressa em leis matemáticas, isto é, em termos inteligíveis. Por outro lado, também sempre existiram cépticos a esta tentativa (por exemplo, os cépticos Pirrónicos) que declaravam, continuamente, a impossibilidade do alcance da certeza no conhecimento - a verdade seria inatingível.

Regressamos de novo à psicanálise e interrogamo-nos e interrogamo-la a partir do seu fundador. Que Freud, antes de tudo, trabalhou (e acreditou) para que a psicanálise fosse uma ciência da natureza está

fora de questão. O esquema freudiano, além do parentesco com a biologia e com o evolucionismo, iria, então, conceber a psicanálise como ciência da natureza em que o homem é ‘escravo’ dos conflitos inconscientes, havendo, por isso, uma tendência à ‘repetição compulsiva’”. Então: a) Podem-se formular leis acerca do comportamento humano. b) As leis explicariam a conduta do indivíduo. c) O comportamento dos grupos estaria, igualmente, sujeito a leis.

Todavia, como Lebovici notou, a epistemologia freudiana situava-se no centro das teorias dominantes na sua época, sendo, provavelmente, Freud um dos mais fiéis seguidores da fórmula de Haeckel, o qual afirmou Darwin na senda de Copérnico, este dando um golpe mortal ao geocentrismo, aquele ao dogma antropocêntrico. Freud iria, segundo ele mesmo afirmou, infligir uma terceira ferida ao narcisismo humano, descentrando a *psyché* da consciência.

Esta influência sobre Freud das teorias dominantes na sua época, leva-o, como o bem percebeu Assoun, a perspectivar-se no interior do Círculo de Berlim, o qual pretende trazer para os modelos físico-químicos a psicologia, esta só podendo ser, então, uma psicologia fisiológica. Na verdade, como enfatizei noutra lugar (Dias 1987), a formulação de hipóteses em termos da física encontrou o seu lugar na metafísica freudiana. Contudo, aquela mesma formulação, própria da visão do mundo nos finais do século XIX, só poderia operar sobre pequenos sistemas, geridos pela mecânica e pela termodinâmica, e só poderia conduzir, por isso mesmo, à pretensão determinista/reducionista. Por outras palavras, se não era possível explicar os fenómenos em termos físicos e químicos, era, então, necessário criar hipóteses que explicassem os fenómenos por estes processos.

O equívoco de Freud, se assim se pode dizer, seria, como de algum modo o afirmou Meltzer, o de aplicar, à compreensão da vida mental, infinita por excelência, um modelo, por excelência, finito e redutor. Sobretudo porque, nos seus estudos clínicos, a infinitude do imaginário está sempre presente, mesmo que, para os seus detractores isso seja a ‘prova’ da não cientificidade do seu discurso.

No entanto, a mesma física que, no século XIX estreita o homem num positivismo mais ou menos imbricado numa filosofia romântica da natureza, é aquela que, na sua evolução, passa da preocupação com os pequenos sistemas aos sistemas probabilistas de incerteza. De certa forma, justificava-se Laplace: ‘a ciência de ponta é aquela que busca o real escondido para além da aparência das coisas’. Das concepções mecânicas newtonianas passou-se para as concepções do acaso e da relatividade. As restantes ciências acompanharam, lentamente, esta

inversão da certeza do conhecimento. Sob certos aspectos, a psicanálise manteve-se sempre neste rumo. A praxeologia analítica sempre pôs de lado a identificação precisa das causas e dos efeitos - são as circunstâncias que determinam o carácter eventualmente pertinente de certas interacções. Nela, sempre existiram o indeterminismo e a relatividade. Na física, o princípio de Heisenberg e a relatividade de Einstein. Na psicanálise, foi assumir uma praxis - a relatividade dos sujeitos e dos conteúdos - e foi compreender a forma específica do encontro analítico de dois seres em situação, na especificidade radical dos fenómenos de transferência e contra-transferenciais.

OBJECTIVIDADE E SUBJECTIVIDADE EM PSICANÁLISE

No começo do século XXI, as questões levantadas aos psicanalistas pela sua prática estão longe, ainda, de encontrar uma unidade teórica e muito menos epistemológica. Das reivindicações de Bowlby, recentemente expressas, de afirmar a psicanálise como uma ciência natural até aqueles que a propõem como uma hermenêutica, abismos de diferença se desenham, levantando, ciclicamente, questões caudais para o futuro do movimento psicanalítico. O curioso é que a leitura da obra de Freud abre-nos a estas contradições que rasgam, por assim dizer, o fundador da psicanálise, ele mesmo preso entre um furor objectivista e uma permanente atracção pelo transcendental.

O contacto de Freud, no seu terceiro ano de estudos médicos, com Ernest Brücke, fisiologista importante na época e que serve, de certo modo, de médico na sua vida e na sua obra. Na sua vida, porque dele constrói um modelo de rigor e probabilidade científica a que se manteve fiel ao longo da existência. Na sua obra, porque, como se vê claramente no 'Projecto para uma Psicologia Científica', a fisiologia lhe apareceu como modelo à psicologia, melhor dito, em que a psicologia se aproxima de uma fisiologia cerebral. Aí, Freud distingue três espécies de neurónios: os neurónios τ que permitem a passagem dos impulsos de excitação no interior do sistema - ou os agentes de percepção; os neurónios ψ , permanentemente afectados pelo que passou, são os agentes da memória; os neurónios ω , necessários para que as recordações ouvidas ou as percepções impressas se tornem conscientes. Todas as operações da vida mental e do comportamento seriam funções destas espécies neuronais. Esta tentação fisiologista, ao que parece bem cedo abandonada por Freud, deixou, no entanto, marcas no pensamento freudiano. Nomeadamente, as tentativas perseverantes,

mas sempre fracassadas, por parte do fundador da psicanálise de conferir objectividade científica (aqui entendida como era afirmada na sua época) ao seu sistema psicológico.

O determinismo, próprio dos modelos científicos da época, encontra-se, por exemplo, nos conceitos dos princípios da constância, do prazer, da realidade e no conceito da compulsão à repetição. As noções tais como energia livre e energia ligada, recorrentes dos processos primário e secundário, são-lhe directamente inspirados pelos princípios termodinâmicos de energia livre e energia controlada de Helmholtz. Mas também é necessário não esquecer que, nas obras 'Sobre o Narcisismo' ou 'Luto e Melancolia', Freud introduz esse conceito fascinante pela sua especificidade transformadora, o conceito de identificação. Aí, realidade interna e externa jogavam-se de outro modo e a realidade psíquica ganhava foro de realidade própria. A 'Teologia da Ciência', de acordo com a qual o que não fosse mensurável, o que não fosse redutível às leis físicas, não seria verdadeiro, nem possuía realidade, levava, assim, um rude golpe que, suponho, ultrapassou o seu executante.

Numa outra perspectiva, a validação da psicanálise e o fundamento dos seus conceitos só pode passar pelo crivo da relação terapêutica. Neste contexto, validar ou invalidar uma teoria científica e, sobretudo uma teoria analítica, é demonstrar, segundo os critérios da metodologia científica em curso, que as proposições efectivamente se realizam (ou não se realizam) na experiência. É a teoria que define o conteúdo dos conceitos e a relação com a experiência, o que, precisamente, é o objecto da validação.

Neste ponto, gostaria de levantar três questões relacionadas com a problemática da validação em psicanálise:

- 1) A primeira prende-se à impossibilidade de lhe exigir que forneça um *definição operacional* de todos os seus conceitos. Nem, da mesma forma, que *se nos apresente como um modelo altamente formalizado* (sistema hipotético-dedutivo) e cujas proposições sejam derivadas de um certo número de axiomas, tal como acontece na matemática e na geometria euclidiana. Esta exigência, característica da ciência positiva do passado, já não é hoje, porém, exigida nem à física, como o poderá ser à psicanálise?
- 2) A segunda diz respeito ao problema da *predição/forma* que ciências outras têm de validar as suas hipóteses. Em psicanálise, esta é feita pela *posdição*, isto é, as variáveis que intervêm nos fenómenos estudados pela psicanálise não podem ser manipulados e controlados com a mesma facilidade como os que são abordados pelas ciências experimentais.

- 3) A terceira, que constitui, aliás, uma das formas de confirmação ou infirmação de hipóteses é a 'experiência crucial'. A este respeito, a psicanálise foge, mais uma vez, à concepção metodológica da ciência positiva, pois não existem hipóteses alternativas e mutuamente exclusivas, mas sim equivalentes. Neste aspecto, a metodologia psicanalítica, cedo e sempre, esteve na vanguarda da metodologia científica, pois, actualmente, o operacionalismo moderno não exige que as hipóteses científicas possam ser totalmente confirmadas ou infirmadas, mas exigindo, somente, que o sejam parcialmente.

COMPREENSÃO, EXPLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTERACÇÃO NO PROCESSO ANALÍTICO

Afirmava Winnicott que a experiência da comunicação é, finalmente, a experiência de ser compreendido. Esta noção, com o que tem de inefável, introduz-nos no cerne da prática analítica. Com efeito, se esta pressupõe, de uma forma mais ou menos velada, duas vertentes, uma compreensiva e outra explicativa, a prevalência da segunda sobre a primeira teria, provavelmente, o mesmo efeito terapêutico, parafraseando Freud, que a leitura de uma ementa de restaurante teria sobre um indivíduo esfomeado.

No entanto, os psicanalistas encontram-se, queiram-no ou não, permanecendo a este nível na sua prática, junto com os psicólogos anti-naturalistas e anti-elementalistas e com os fenomenologistas. Com efeito, Dilthey - provavelmente o mais importante representante da escola psicológica que se opôs ao método explicativo-naturalista e às suas consequências concepcionais (elementaristas, atomistas e mecanicistas) sobre o psiquismo - abriu vias insuspeitadas à reflexão sobre a prática psicoterapêutica e sobretudo à psicanalítica, ao opôr dois tipos de captação do psiquismo.

Esses dois tipos seriam: a captação fenomenológica - que está directamente relacionada com a estrutura compreensiva em psicanálise - e a naturalista, relacionada com a estrutura explicativa. A captação fenomenológica seria um movimento interno de máxima aproximação do cliente, 'meter-se dentro' do seu pensamento e aí captá-lo. Esta aproximação teria como objectivo a compreensão da totalidade do psiquismo. Para Dilthey, *compreender* significa captar o psiquismo de forma intuitiva, através das suas exteriorizações (gestos, linguagem, objectos de cultura, etc.), isto é, passar de uma exteriorização ao espírito, à sua vivência originária. Karl Jaspers define *compreender* como o estabeleci-

mento de relações nas quais ‘o psiquismo surge com toda a evidência do psiquismo’. Este autor hierarquizou a subjectividade das vivências ou dos fenómenos psíquicos, ou seja, aqueles de que tomamos conhecimento pelas manifestações e auto-descrições dos clientes, opostos aí aos fenómenos objectivos captados directamente pelo observador, como expressões somáticas, gestos, atitudes. Na linha deste pensamento, Dilthey considera duas formas de captação de um conhecimento: 1) A forma imediata que é a intuição (fenómenos subjectivos de Jaspers). 2) A forma imediata que é o processo discursivo-pensar discursivo (fenómenos objectivos).

Por outro lado, alguns filósofos consideram que a intuição é um modo primário e fundamental do conhecimento, estando-lhe subordinadas as outras formas de conhecimento. Bengson chama intuição à simpatia, a qual nos leva ao interior de um objecto para coincidir com o que ele tem de único e, por conseguinte, de inexpressável. Esta ‘simpatia’ estaria relacionada com a capacidade de identificação do analista com o seu cliente, ponto fundamental na compreensão do psiquismo. Para a Gestaltheoria, o ponto de partida de toda a captação (não só em psicologia) é a experiência imediata. Esta teoria suscita que as acções psíquicas constituem Gestalts, unidades organizadas ‘que se individualizam e limitam no campo espacial e temporal de percepção e representação’. Esta captação de totalidades (Gestalts) dá-se, permanentemente, durante a relação terapêutica. A compreensão significa, pois, a captação da totalidade que inclui um sentido e um significado. A utilização da vertente compreensiva é óbvia em psicanálise, através, por exemplo, da empatia do analista, da para-identificação (identificação ao analisando, etc.). Voltaremos, porém, mais tarde, a este problema.

Na captação naturalista, base da estrutura explicativa, há um afastamento interno do analista em relação ao cliente. A observação é feita a partir do exterior, efectuando as necessárias segmentações do fenómeno para estabelecer relações causais. Freud, utilizando este tipo de captação na análise do ‘Homem dos Ratos’, dividiu, mentalmente, o pensamento do indivíduo, separando-o em partes: o afecto, o conteúdo, a falsa conexão, etc. Confrontando estas partes com as suas próprias teorias, procurou relações causais para encontrar a própria explicação. A consequência mais imediata da observação naturalista é que relações causais adquirem um carácter de objectividade definido que alcança um alto grau de precisão. Esta é, *quiçá*, a característica mais notável das ciências da natureza, o que implica o controle dos fenómenos naturais, pois o conhecimento da causa possibilita o controle do efeito.

Esta segmentação metodológica, na verdade, remonta a Descartes, cujo método tinha por base quatro princípios:

- 1) Não admitir como verdadeira coisa alguma que não se separe com evidência.
- 2) Dividir cada uma das dificuldades em quantas partes possíveis e em quantas requeira a sua melhor solução.
- 3) Conduzir, ordenadamente, os pensamentos pelos objectos mais simples e fáceis de conhecer para ascender, gradualmente, aos mais compostos.
- 4) Fazer para todos inventários tão integrais e revisões tão gerais que se chegue a estar perto de nada omitir.

O melhor exemplo desta segmentação - a raiz do método das associações livres - é o método utilizado por Freud na análise dos sonhos. Em psicanálise, esta metodologia foi bastante importante e ainda o é. No entanto, é necessário, pelo menos, integrá-la num contexto mais gestaltista, relacionando as partes entre si com vista à compreensão do psiquismo na sua totalidade.

Vários autores debruçaram-se sobre o significado do termo *explicar*, como, por exemplo, Nagel K. R. Poller, C. S. Hempel e P. Ollenheim (Dias 1987). Hempel e Ollenheim postulam que uma ‘explicação científica’ consiste numa dedução lógica do *explanandum* a partir do *explanang*. O *explanang* seria constituído por dois tipos de condições:

- 1) Uma ou várias hipóteses de leis gerais. Por exemplo, Édipo, complexo da castração.
- 2) Condições antecedentes singulares pertencentes ao fenómeno que vai explicar e que foram determinadas previamente.

O *explanandum* é a proposição que descreve o fenómeno a explicar e cuja explicação é uma dedução lógica a partir do *explanang*. Etimologicamente, explicar significa o processo pelo qual se ‘desenvolve’ algo que está envolto, tornando manifesto o que está latente. Esta definição é, aparentemente, uma boa descrição da tarefa analítica, pois que, através da interpretação, pretendemos tornar consciente (manifesto) o inconsciente (latente).

O termo explicar está bastante relacionado com o insight que nos dá a ideia de tradução, mostrando o estreito vínculo entre explicação e interpretação psicanalítica. Liberman sugere que a interpretação psicanalítica é uma explicação muito particular, tendo como característica

que o eleito é consciente, enquanto que a causa é inconsciente. Vemos, portanto, que é necessário distinguir entre fazer uma interpretação explicativa e dar explicações. Sandon Lorand considera que existe um momento próprio para cada uma. Quando surge material novo na análise, é necessário, primeiro, explicá-lo como preparação prévia para uma interpretação numa fase posterior. No entanto, fazer interpretações e dar explicações dependerá do estilo e critério do analista. Autores como Carnap, por exemplo, consideram que o critério diferenciador será a linguagem. Teremos uma linguagem de *observação* - que é aquela que usa os termos provenientes da descrição dos objectos e factos observáveis nas suas propriedades e relações (presente na interpretação) - e a linguagem *téorica* - aquela que contém os termos que se referem aos factos inobserváveis, termos esses que surgem das teorias ou hipóteses explicativas (explicação).

Assim, tendo por hipótese que a construção é uma interpretação de estrutura explicativa, tomamos por modelo um exemplo apresentado por Freud (1969), em 'Constructions in Analysis', S.E. XXIII, S.E. XXI (p.359):

Aos ... anos você considera-se como único e ilimitado possuidor da sua mãe, então nasceu um irmãozito que significou uma grave defraudação. Sua mãe abandonou-o durante um tempo e nunca mais voltou a dedicar-se-lhe exclusivamente. Os seus sentimentos face à sua mãe tornaram-se ambivalentes; seu pai adquiriu uma nova importância para você.

Segundo a segmentação metodológica, podemos dividir o texto do seguinte modo:

- 1 - Aos ... anos
- 2 - considerou-se você como único e ilimitado possuidor de sua mãe
- 3 - então nasceu um irmãozito
- 4 - que significou uma grave defraudação
- 5 - sua mãe abandonou-o durante um tempo e nunca mais voltou a dedicar-se-lhe exclusivamente.
- 6 - os seus sentimentos face à sua mãe tornaram-se ambivalentes
- 7 - o seu pai adquiriu uma nova importância para você.

Uma observação metodológica permite-nos ver que a construção é composta por uma cadeia de enunciados que tem entre si uma relação causa-efeito. Podemos agrupar estes elementos em quatro grupos:

Grupo I - Enunciados empíricos singulares de nível 1 - (1) (3) (5) (7). Referem-se a dados históricos correspondentes a acontecimentos reais relatados pelo cliente que podem ser conscientes e/ou pré-conscientes.

Grupo II - Enunciados teóricos singulares - (2) (4) (6). São de carácter inconsciente e surgem da relação existente entre os enunciados do Grupo 1 e as teorias psicanalíticas, exprimindo os conhecimentos teóricos aplicados a um caso individual (interpretação psicanalítica).

Grupo III e IV - Enunciados teóricos gerais de hipótese que estão implícitos nos enunciados teóricos singulares e que derivam de uma teoria muito mais geral e abarcativa.

Em termos de Ollenheim, poderíamos dizer que os enunciados empíricos singulares gerais seriam o explanang e os enunciados teóricos singulares o explanandum. O Grupo II (interpretação) consistiria numa dedução lógica a partir dos Grupos I, III e IV.

Uso e Efeito das Interpretações Explicativas

A observação naturalista e a atitude explicativa permitiram eventualmente:

- 1) Uma maior distância interna do analista face ao cliente.
- 2) Avaliar os dados empíricos (fornecidos pelo cliente) e confrontá-los com as suas teorias (tendo por base o seu esquema referencial), elaborando, assim, as suas próprias teorizações.
- 3) Fortalecer o 'Eu observador' do cliente, levando-o a observar o seu mundo interno, discriminado do mundo externo.
- 4) Fomentar o 'pensar' sobre o 'sentir'.
- 5) Uma informação do funcionamento psíquico bem como das suas estruturas.

No fundo, a prática psicoterapêutica determinou bem cedo a unidade deste processo dialéctico. Partilhamos inteiramente a opinião de Adalberto L.A. Perroda, ao afirmar não existir diferença entre explicação e interpretação, pois se se interpreta é porque se tem uma explicação científica. Quer explicar (isto é, objectivar), quer compreender (isto é, a subjectividade) são processos unos e indivisíveis. A vertente subjectivante da compreensão pode ser facilmente evidenciada nas noções de transfert e contratransfert. A vertente objectivante, por sua vez, pode ser evidenciada nos procedimentos de verificação dos fenómenos transferenciais e contratransferenciais. Antes de esclarecermos esses 'procedimentos', convém refreenciar a sua descoberta e evolução.

A primeira vez que o problema de transfert e contratransfert aparece claramente descrito foi com o caso de Anna O. Em 1882, Breuer rompe a relação terapêutica com Anna, tomado por um profundo mal-estar, ataque de culpa e medo frente ao seu intenso amor contratransferencial. Somente em 1910, no Congresso Psicanalítico de Nuremberg, Freud menciona, pela primeira vez, o termo contratransferência. Esta longa distância de vinte e oito anos foi necessária para que a 'neutralidade' - de que a comunidade científica tanto se orgulhava - fosse ultrapassada pela evolução geral das ciências e da própria psicanálise. O passo foi dado sutil e inteligentemente, não pondo em causa, sobretudo, o corpo médico e a sua relação com pacientes femininas que teria sido utilizado, sem dúvida alguma, pelo establishment para 'sufocar' e ridicularizar o movimento psicanalítico.

Quer a transferência, quer a contratransferência pertencem, declaradamente, ao mundo do subjectivo, daí que até ao seu uso como teoria essencial, no processo terapêutico, tenha decorrido certo tempo. Se, teoricamente, esta técnica não estava nem operacionalizada, nem bem definida, não invalidava que ela não deixasse de ser utilizada pelo próprio Freud - que usou as suas próprias fantasias e emoções contratransferenciais para as suas conjecturas e hipóteses acerca do material dos seus pacientes. Se já os fenómenos psíquicos do interesse da psicanálise não são fenómenos com exigência de objectividade, a noção de transfert marca o início do fim da alienação da psicanálise entre as disciplinas nas quais a subjectividade devia ceder seu posto à objectividade. Freud, na sua fúria objectivista, pretendeu um alto grau de formalização do método, incluindo procedimentos de verificação tal como nas outras ciências da natureza.

A partir de 1948, foram realizados vários trabalhos sobre transferência e contratransferência. Citando, por exemplo, Paula Heimann, esta autora define contratransferência como 'a totalidade dos sentimentos com que o analista vivencia o seu paciente' e considera a resposta emocional do terapeuta 'uma das ferramentas mais importantes para o seu trabalho'. Afirma mesmo que 'a diferença entre paciente e analista é o emprego que se faz delas [daquelas ferramentas]'. Por sua vez, Racker definiu contratransferência como 'toda a resposta psicológica do analista frente ao paciente'. Introduziu, ainda, outros conceitos como paracontratransferência. Grinberg, Bion e outros autores acrescentaram importantes contributos para o melhor conhecimento do contratransfert e transfert, bem como o seu uso e controle. São sobretudo estes dois autores que procuraram dar à contratransferência o carácter de instrumento universal que realmente deveria ter.

Todas estas questões interpenetram, como não poderia deixar de ser, a prática e a epistemologia de uma prática. Assim, em Freud, demonstra-se como prevalente, ao longo da sua obra e mesmo nalguns dos seus trabalhos mais tardios, uma posição que marcou, indelevelmente, as suas concepções teóricas - e que se aproxima do que designou por Teologia da Ciência, mesmo que, *malgré lui même*, tenha sido um dos seus carrascos. Na prática analítica, os procedimentos de verificação daí iminentes são, forçosamente, objectivistas e baseiam-se num modelo científico-natural da causalidade inconsciente e em que recordar é curar.

O autor que, provalvemente, mais impacto teve na psicanálise depois de Freud foi Mélanie Klein (1989). Com ela a psicanálise abre-se às teorias objectais e a prevalência da comunicação fez-se mais e mais na fantasia inconsciente expressa pela transferência. A comunicação era assim da maior subjectividade e os seus procedimentos necessariamente mais subjectos. A verificação da 'verdade' da interpretação e do processo analítico sofria também deste facto, embora permacendo centrada sobre o cliente. Por outro lado, à Teologia da Ciência de Freud substituiu-se, com Klein, uma Ciência da Teologia, isto é, a apreensão e a dominância sobretudo na posição esquizoparanóide dos bons e maus deuses, absolutos e onnipotentes. É necessário não esquecer que, com Klein, também uma clivagem cede peso: a do inato e a do adquirido. A fantasia pode ser uma expressão do inato, a adquirir sentido na relação de objecto.

Com Bion (1962, 1963, 1965a, 1965b), dão-se várias revoluções importantes. A primeira é a prevalência de um modelo interactivo analista-analisando, modelo analógico à relação mãe-filho, cuja abstracção se representaria pela relação continente-conteúdo. Através da identificação projectiva (noção que já vinha de Freud - Luto e Melancolia - e de Mélanie Klein), o bebé ou o paciente projectariam no interior da mãe ou do analista as suas fantasias e/ou partes do próprio self, de modo a serem compreendidos ou desintoxicados da ansiedade e da culpa. Como tal, a relação analítica seria um analogon da relação mãe-filho e, em ambos, o continente (mãe-analista) trabalharia através da função de *rêverie*, dando significado (explicando), àquilo que sentiu (compreendeu).

Este modelo permite ultrapassar, de uma vez por todas, as questões do inato e do adquirido. O inato (elementos β) seria transformado em pensamento, através de uma função pensante primeiro exterior ao bebé, como também exterior ao analisando. Esta função estaria na mãe ou no analista, os quais seriam o α (função α) do β projectado. A

coisa-em-si, concreta, daria lugar à representação. Assim, sendo uma intolerância inata à frustração no bebê, exigiria da mãe o quase impossível, isto é, uma capacidade quase onnipotente para desintoxicar um aparelho mental incapaz de sofrer, logo, incapaz de pensar. O contrário - isto é, a versão polar através de uma mãe incapaz de tolerar o sofrimento - daria, sensivelmente, o mesmo resultado.

Na prática analítica, o analista deveria, então, ser alguém 'sem desejo e sem memória', de modo a poder permitir-se ser 'invadido' pelas produções mentais do seu analisando. Daí que o que sente o analista na análise seja, para Bion (1975, 1977a, 1977b, 1979), tão importante como as manifestações transferenciais. Daí ainda que o conceito de identificação projectiva (realista e patológica) e as respectivas consequências na mente do analista sejam fundamentais, o que pode formalizar no processo analítico, em termos de 'eco' contra-transferencial nos seguintes pontos, eles mesmos fontes no analista dos procedimentos de verificação.

Sínteses Possíveis, Conclusões Impossíveis

Chegado a este ponto da exposição, creio ter explicitado, suficientemente, algumas questões fundamentais:

- 1) A psicanálise exigiu e reivindicou para si um campo epistemológico próprio, ele mesmo precursor, embora, então, ainda em estadia latente, do que, mais tarde, outras ciências, nomeadamente a física, vieram a consubstanciar.
- 2) Neste sentido, a psicanálise precedeu o que se passou noutras áreas científicas, ou seja, a passagem da procura de certezas para sistemas probabilísticos de incerteza.
- 3) A aceitação progressiva dos fenómenos transferenciais e contra-transferenciais como específicos do processo psicanalítico, no seu desencadear, marcha e evolução, permitiram que o discurso analítico passasse de um discurso teológico - Teologia da Ciência em Freud, Ciência dos Deuses Internos em Klein - para um discurso epistemológico próprio, tal como aparece em Bion.

Restam, ainda, outras questões, ligadas elas mesmas às já levantadas. Assim, se é possível dizer que o conceito de cura em Freud é, extraordinariamente, próximo do modelo médico, modelo este, muito provavelmente, um dos últimos a querer ficar no reducionismo das

ciências naturais, a relação proposta só pode ser a de médico-doente como paradigma da prática terapêutica.

Com Klein e a acentuação consequente do mundo interior, da realidade psíquica - aqui vista como representacionalidade própria - a psicanálise aproxima-se, indiscutivelmente, do modelo psicológico, pelo menos daquele que esteve implícito nalgumas escolas psicológicas anti-mecanicistas.

E, com Bion e sobretudo depois de Bion, a relação continente-conteúdo, ao definir-se, objectalmente, na relação mãe-filho e, terapêuticamente, na relação analítica, 'obriga', por assim dizer, o analista a estar de corpo inteiro na relação analítica e aceitar a projecção sobre si e dentro de si dos objectos internos dos seus clientes - objectos internos que são, nem mais nem menos, que os pais internos do analisando. Assim, o analista é parentalizado, o que só acresce a sua responsabilidade e o modelo da relação analítica é, no fundo, o modelo da relação parental.

E aqui se levanta imensa problemática, como, por exemplo, qual a epistemologia da relação parental? E outras... Uma diz respeito a uma teoria geral da psicoterapia como problema que, finalmente, diz respeito, desde o seu início, a um problema da contra-transferência ou da contra-atitude. Ou não será que a própria psicanálise nasceu, em grande parte, da contra-transferência de Freud, da sua dificuldade em ser olhado várias horas por dia pelos seus clientes? Isto é, de uma forma agida do sentir de Freud, na relação terapêutica, imergiu o setting analítico, pelo menos tal como o conhecemos hoje.

E a 'escolha' do procedimento terapêutico nesta ou naquela circunstância, o que é, senão um problema contra-transferencial? Como é ainda contra-transferencial esta aceitação de não ser parentalizado na relação analítica, a qual, então, se destina, através de uma técnica em que alguém toma conta de alguém, a que este aprenda a tomar conta de si próprio.

Outras escolhas ensinam-nos outras naturezas no terapeuta, outros contextos relacionais. Assim e para terminar, apenas duas questões mais.

A primeira diz respeito à interacção analítica, isto é, à interacção dos fenómenos transfero-contratransferenciais. Sabemos, com Einstein, que a variação do sistema referencial fez criar novas leis distintas das que podem ser encontradas em sistemas referenciais diferentes e distintos. Por outras palavras e noutra terminologia, um certo texto implica um dado contexto, no interior do qual o texto foi possível. Esta variação infinita do sistema de referência faz com que a experiência científica pura só possa ser idealizada, imaginada, adjectivos estes que, note-

se bem, provêm de Einstein. Em psicanálise e na interacção específica do analista e do analisando, o analista tende, idealmente e imaginariamente, para um ser sem desejo e sem memória. Então, o sistema de referência é o do seu analisando e o que ali 'vive' é o que nele foi projectado. Sistema ideal disse, porque contexto impossível. O analista é uma pessoa que interage, que comunica com outra pessoa. Assim sendo, texto e contexto entrecruzam-se criando a atmosfera própria da psicanálise e uma situação provavelmente única no campo da observação psicológica, em particular, e científica, em geral.

A segunda questão diz respeito ao que Bion designa por *função de rêverie* na mãe e no analista, função que implica pela e na interpretação - forma privilegiada de comunicação do analista na análise - a utilização de uma linguagem metafórica. E aqui, de novo, se entrecruzam, aparentemente, várias posições. Platão, afirmando a metáfora de uma forma positiva, da qual, aliás, fez uso abundante. Aristóteles, restringindo-a à linguagem poética e eliminando-a da linguagem científica. Carnap, propondo a linguagem formal para evitar o equívoco. Wittgenstein, não aceitando, mas utilizando a metáfora. Bergson, propondo que a intuição implica uma linguagem metafórica. Urban, demonstrando ser esta comum quer ao filósofo, quer ao cientista. Ortega y Gasset, defendendo-a como uma forma de pensamento, cujo uso é imprescindível.

Para o analista, a metáfora reenvia à relação analítica, quer pelas relações intrínsecas que tem com a analogia - a imagem analógica - quer com a comparação. Reenvia-o, ainda, ao sentido etimológico próprio da palavra metáfora que significa, em grego, transportar uma carga, sendo metaforizar traduzir um termo de uma linguagem, segundo o significado primário ao vocábulo: transportar de um lugar para outro. A metáfora é-o assim, de facto, em análise. Transportar de um lugar para outro (de um α a outro α), de uma forma a outra, traduzindo-se no analista, segundo o significado primário do vocábulo no analisando, significado que é dado pela interpretação. A metáfora diz um pouco da psicanálise; tal como ela, é ciência e arte/poesia - e nela se entrecruzam a arte e a ciência.

E é aqui que acaba o que é possível dizer sobre a ciência analítica e começa o artesanato do dia a dia do analista e o que há de musical, de poético na sua palavra, na sua comunicação e na sua linguagem. Mas sobre isto não vos posso dizer mais nada.

REFERÊNCIAS

Dias, Carlos Amaral

- 1987 'O Conceito de Identificação Projectiva na Teoria, na Clínica e no Desenvolvimento'. Provas de Agregação em Psicologia Clínica. Universidade de Coimbra.

Bion, Wilfred

- 1962 *Learning from Experience*. Londres: Heinemann.
1963 *Elements of Psychoanalysis*. Londres: Heinemann.
1965a *Second Thoughts*. Londres: Heinemann.
1965b *Attention and Interpretation*. Londres: Tavistock.
1975 *A Memoir of the Future*. Book I: *The Dream*.
Londres: Heinemann.
1977a *A Memoir of the Future*. Book II. *The Past Presented*.
Londres: Heinemann.
1977b *A Memoir of the Future*. Book III. *The Dawn of Oblivion*.
Londres: Heinemann.
1979 *Bion's Brazilian Lectures*. Volumes I, II, III. Rio de Janeiro:
Imago Editora.

Freud, Sigmund

- 1969 *Obras Completas*. Edição Standard. Rio de Janeiro:
Imago Editora.

Klein, Mélanie

- 1989 *Amor, Culpa y Reparación y Otros Trabajos*. In *Obras Completas de Mélanie Klein*. Volume I.
Madrid: Ediciones Paidós.